

A Comuna de Paris: insurreição, guerra civil ou revolução?¹

Camila Oliveira do Valle
Faculdade Interamericana de Porto Velho
União das Escolas Superiores de Rondônia (UNIRON)
kkdovalle@yahoo.com.br
Teoria política - Teoria e filosofia política

¹ Trabalho preparado para apresentação no VII Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013.

A pesquisa analisa a Comuna de Paris à luz dos conceitos de insurreição, guerra civil e revolução, de modo a verificar se a Comuna pode ser considerada uma revolução para além da sua identificação como insurreição ou guerra civil. Os debates no tocante à ontologia e às origens da Comuna de Paris causam divergências ainda hoje entre teóricos políticos, gerando distintas interpretações. Se para alguns pensadores ela não chegou a ser sequer uma insurreição, para outros estudiosos, a Comuna teria sido uma revolução. Enquanto a guerra civil caracteriza-se por ser um conflito armado que envolve grupos de uma mesma origem ou nacionalidade, a insurreição popular poderia ser considerada a última etapa da guerra civil e a revolução caracteriza-se pela ruptura e transformação, derrubando o poder estabelecido e dissolvendo a antiga sociedade. A Comuna de Paris de 1871 manifesta-se como um conflito armado entre os franceses, ainda que contasse com a ampla participação de estrangeiros. Muitos *communards* reivindicavam a revolução social, todavia, a Comuna não teria transformado radicalmente a ordem, mesmo que durante sua existência tivesse tomado medidas políticas e sociais que apontassem para a ampliação da democracia, divergindo dos valores sobre os quais se baseava o governo de defesa nacional. A pesquisa analisa o fenômeno histórico tendo como referência a teoria política, realizando um estudo sobre os conceitos relevantes para entender o objeto e, por meio do estudo de caso, faz uma análise dos elementos necessários para a configuração de uma situação revolucionária e de uma revolução.

1. Conceito e história

Os conceitos de guerra civil, insurreição e revolução fazem parte do arcabouço teórico da ciência política mas suas particularidades evidenciam que não tratam de um mesmo fenômeno. Enquanto a guerra civil caracteriza-se por ser um conflito armado com certa duração que envolve grupos mais ou menos organizados de uma mesma origem ou nacionalidade, a insurreição popular seria um levante, uma revolta ou resistência armada e, por vezes, a última etapa da guerra civil. Por outro lado, a revolução caracteriza-se pela ruptura e transformação, derrubando o poder estabelecido e dissolvendo a antiga sociedade.

Esses fenômenos ocorreram em diferentes situações na história da humanidade mas nem sempre é simples diferenciá-los, diante da grande relação e proximidade entre eles. Por outro lado, a compreensão da existência de uma situação revolucionária permite verificar a possibilidade da ocorrência de uma revolução e, portanto, constatar se um evento histórico pode ou não ser considerado uma ruptura revolucionária.

Diante disso, para compreender os conceitos e distingui-los, a pesquisa pretende analisar a Comuna de Paris. Inserida no contexto da guerra entre a França e a Prússia, a Comuna de Paris envolve ações de resistência e termina com a realização de um massacre por parte do governo de defesa nacional contra os *communards*. Verifica-se se a Comuna pode ser considerada uma revolução para além da sua identificação como insurreição ou guerra civil.

2. A discussão teórica

Os pensadores diferenciam a guerra civil das guerras entre nações. Afirmam que a guerra civil é uma guerra que acontece entre grupos – ou classes – em um país, ou seja, é um mesmo povo que luta entre si. Não é uma guerra que se estabelece entre povos ou nações distintas, mas sim uma guerra que ocorre dentro do que hoje

costumamos chamar de país ou nação. Afirma-se, portanto, que é uma guerra “interna”, dentro de um mesmo Estado. A guerra onde uma parte do povo propõe-se a tomar o poder em seu próprio território é uma guerra civil. Para Lênin, as guerras civis são o prolongamento, o agravamento, em certas condições, inevitável, da luta de classes.

Lênin afirma que a guerra civil é uma guerra da classe oprimida contra a classe opressora, dos escravos contra os escravistas, dos camponeses servos contra os senhores feudais, dos operários assalariados contra a burguesia. Trotsky, em *Os problemas da guerra civil*, sustenta que “a guerra civil constitui uma etapa determinada da luta de classes, quando essa, rompendo os marcos da legalidade, se localiza no plano do enfrentamento público e em certa medida físico, das forças que se enfrentam”. Ou seja, engloba as insurreições espontâneas, a greve geral revolucionária, a insurreição para a tomada do poder.

A guerra civil seria um conceito mais amplo e que requer um conflito entre dois lados que passam a se enfrentar. Segundo Lênin, a guerra civil é imposta à população pelo próprio governo. Isso é algo importante a ser compreendido diante do fenômeno a ser estudado: a Comuna de Paris é um exemplo claro de que é o governo que inicia a violência. Ainda que já venha exercendo a violência – mesmo que seja a violência legal e estabelecida pela lei – durante todo o Império, inclusive proibindo a existência de associações e obrigando muitos dos críticos do governo a ir para o exílio, após a fuga para Versalhes eles iniciam o bombardeamento da cidade.

A guerra civil pode ser uma guerra revolucionária. Para Lênin, as guerras revolucionárias são as guerras dos oprimidos contra a classe opressora. Lênin (1984) diferencia as guerras justas das injustas. As guerras injustas seriam as guerras de anexação, imperialistas e colonialistas. Justas seriam as guerras travadas pelos povos pela independência, contra o colonialismo, pela libertação nacional e social.

O imperialismo dá origem a muitas guerras nacionais, que podem ter motivações diferentes. As guerras coloniais podem ser, sob o ponto de vista dos colonizadores, a guerra imperialista contra os outros povos mas, para os povos que buscam se libertar da colonização, são guerras nacionais ou sublevações nacionais.

O início dos confrontos de uma guerra civil, muitas vezes, pode acontecer após a tomada do poder pela classe dominada. Ou seja, a guerra civil pode não ser a antessala da tomada do poder, mas sim a consequência. Assim deu-se na revolução russa, que presenciou uma guerra civil de 1918 a 1921, ou mesmo a Comuna de Paris, que foi atacada pelo exército de Versalhes em abril, depois mesmo da eleição para o Conselho.

Lênin, em *A questão militar e o trabalho nas forças armadas*, diferencia as etapas que vão se suceder até chegar a uma guerra civil e uma revolução, ou seja, ele mostra o amadurecimento da insurreição armada. A primeira etapa, a fase mais primitiva, é caracterizada pelos motins. Motins são revoltas inconscientes, desorganizadas e espontâneas. A propaganda e a agitação consciente podem contribuir para que o movimento saia dessa fase primitiva e atinja uma etapa mais avançada. A etapa seguinte seria a ação grevista organizada e as manifestações políticas contra o regime. Nesse contexto, as repressões militares educam e preparam os trabalhadores e preparam-nos para formas mais superiores de ação revolucionária. Começam as primeiras tentativas de resistência armada, ocorrem batalhas de rua e batalhas de barricada. Em seguida, a luta alarga-se e transforma-se em uma insurreição. O exército passa a hesitar e a apresentar casos isolados de desobediência, motins de reservistas, protestos de oficiais, agitação de soldados e recusa de companhias ou batalhões de atirar contra os trabalhadores. Em seguida, uma parcela do exército passa para o lado da insurreição. Assim será formado um núcleo do exército revolucionário. E Lênin (p. 15) conclui: “motins, manifestações, batalhas de rua, destacamentos do exército

revolucionário, tais são as fases de desenvolvimento da insurreição popular”. A insurreição popular é a última fase, mas o fato de se estar em fases avançadas não significa que o movimento tenha atingido o grau superior em todo seu conjunto.

Analisando o movimento operário na Rússia, em *Novas tarefas e novas forças* Lênin afirma que o seu desenvolvimento teve três transições notáveis. “Primeira transição – dos estreitos círculos de propaganda para a ampla agitação econômica entre as massas; segunda – para a agitação política em grande escala e as manifestações de rua abertas; terceira – para uma verdadeira guerra civil, para a luta revolucionária direta, para a insurreição popular armada”. (Lênin, p. 136). O autor entende que cada transição foi preparada pelo trabalho do pensamento socialista numa direção e pelas profundas mudanças nas condições de vida e em toda a estrutura psíquica da classe operária, pelo despertar de suas camadas para uma luta mais consciente e ativa.

Nesse texto, Lênin indicaria que a guerra civil, a luta revolucionária direta e a insurreição popular armada fariam parte de uma terceira etapa do movimento operário, o que aproxima os três conceitos. De fato, há uma grande relação entre eles, ainda que não se confundam: a luta revolucionária pode não chegar a concretizar a revolução. A insurreição popular armada pode ser uma etapa da guerra civil, mas a guerra civil seria uma noção mais ampla.

Um dos aspectos que tende a unir os três conceitos é a luta armada. Lênin entende que a luta armada persegue dois objetivos diferentes: em primeiro lugar, visa matar pessoas isoladas, chefes e subordinados do serviço militar-policia; em segundo lugar, confiscar meios monetários tanto do governo como de pessoas particulares. Essa luta seria conduzida por pessoas isoladas e por pequenos grupos de pessoas. Analisando a Rússia, Lênin em *A guerra de guerrilhas* (1984) afirma que, em parte, as pessoas que conduzem a luta armada pertencem a organizações revolucionárias, em parte (em algumas localidades da Rússia, a maior parte) não pertencem a qualquer organização revolucionária.

A insurreição seria uma etapa determinada da revolução. Engels em *Revolução e contrarrevolução na Alemanha* afirma que a insurreição e a guerra são uma arte e que a insurreição está sujeita a regras de procedimento que se forem negligenciadas, produzem a ruína do partido que não as respeitou. São regras, deduções lógicas da natureza dos partidos e das circunstâncias com que tem de se lidar num determinado caso, mas são simples. A curta experiência por que passaram os alemães em 1848 tornou-os familiarizados com essas regras. Engels indica que, em primeiro lugar, não se deve iniciar uma insurreição, a não ser que esteja preparado para suas consequências. “A insurreição é um cálculo com grandezas muito indefinidas, cujo valor pode mudar todos os dias; as forças adversárias têm toda a vantagem da organização, da disciplina e do hábito da autoridade; a menos que contra elas se tragam fortes probabilidades, é-se derrotado e arruinado”. Em segundo lugar, sustenta que uma vez que se entra no movimento insurrecional, deve se agir com a maior determinação e na ofensiva. “A defensiva é a morte de todo o levantamento armado; está perdido antes de ele próprio se medir com os inimigos”.

A insurreição e a guerra civil acabam sendo “etapas” da revolução, momentos e situações que ocorrem para que uma revolução aconteça. Mas revolução é algo diferente de guerra civil e insurreição. Revolução significa ruptura, ou seja, uma mudança política, socioeconômica e cultural. É uma transformação estrutural, um salto “de qualidade”. É uma transformação de todas as esferas da vida: a revolução francesa não deixa dúvidas do que significa uma revolução. Ela ocorre após um longo processo de transformação, mas se dá com a ruptura - ainda que precise de todo o processo longo de amadurecimento. A revolução é a destruição das velhas estruturas e a atuação

independente das diferentes classes que objetivam criar à sua maneira a nova superestrutura.

Marx em *Notas Marginais Críticas ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social. Por um Prussiano”* afirma que “a revolução em geral – a *destruição* do poder existente e a *dissolução* das antigas relações – é um *ato político*”. Ou seja, “toda revolução derruba o antigo poder; nesse sentido é *política*”. Mas “toda revolução dissolve a antiga sociedade; nesse sentido é *social*”.

Para Chasin (2000, p. 64), revolução é “a desobstrução e o recentramento da atividade crítico-prática nos processos de autoconstrução humano-societária, culminando na reconversão por inteiro do metabolismo social”. Chasin argumenta pela importância de se pensar a revolução social ou emancipação humana, afirmando que o que está em jogo é o devir do gênero humano considerado na sua concreta configuração de infinitude de indivíduos. A revolução social como possibilidade real, posta pela lógica onímoda do trabalho, é a afirmação universal do homem, da universalidade da negação de sua condição de classe. A revolução marxiana concebe a liberação da humanidade de todas as classes.

“Sem *revolução* o *socialismo* é irrealizável. Ele necessita deste *ato político* tanto quanto necessita da *destruição* e da *dissolução*. Quando, no entanto, tem início a sua *atividade organizadora*, quando se torna aparente o seu ser em si, o seu *espírito*, o *socialismo* desfaz-se de seu envoltório *político*” (grifos do autor) (Marx, 1844).

A revolução não é um termo inédito, que surge com a literatura socialista. Não há apenas revoluções proletárias, o que fica evidente com a própria revolução francesa de 1789, quando a burguesia sai como classe triunfante.

Balibar, diferenciando a revolução burguesa da proletária, entende que a revolução implica ao mesmo tempo democracia e despotismo, ou seja, Marx praticaria a negação da oposição metafísica estabelecida pela filosofia política burguesa e pequeno burguesa entre direito e fato, justiça e violência, força e direito. Essa definição é uma definição política da revolução, é a definição de uma forma política. A revolução é concebida como um processo objetivo.

A luta armada e a insurreição seriam alternativas às tradicionais maneiras de se constituir o poder. Segundo Moraes (2001, p. 98), as alternativas insurreição ou voto, luta armada ou luta pacífica são táticas, “posto que concernem aos meios (forma de luta e de organização) e não aos fins (o programa comunista)”. Mas ele entende que meios e fins se interpenetram dialeticamente na lógica da ação. Critica os oportunistas que leram no texto de Engels, de forma distorcida, como se ele tivesse renegado a revolução.

A revolução aconteceria não apenas como consequência de uma ação revolucionária. Ela é resultado de causas econômicas, psicológicas e morais situadas acima e fora do alcance da polícia e da repressão. Os acontecimentos abrem por si próprios, imperiosamente, o seu caminho a despeito de todas as casuísticas. Os antagonismos acumulados durante séculos se desenvolvem e impelem as massas à ação.

Marx, no *Prefácio*, afirma que a revolução ocorre quando as forças produtivas materiais e as relações sociais de produção entram em choque. Um exemplo de avanço das forças produtivas é o salto tecnológico, o crescimento da população que ocorre quando a revolução tira o mundo do sistema feudal para o capitalismo. O sistema feudal foi se tornando insustentável diante das novas forças produtivas, por isso foi superado. Quando a produção social da vida passa a ser ameaçada, as condições para a revolução aparecem. Mas não é o grau dos avanços das forças produtivas que faz a revolução, isso, em verdade, torna possível que uma revolução aconteça. As revoluções são feitas e, enquanto há uma classe que quer manter as relações sociais de produção, há classes que só podem alcançar sua libertação superando o próprio sistema.

Mas as condições de superação são produzidas pelo próprio sistema. Engels, na *Introdução à edição de 1875 de As lutas de classes na França*, afirma que “a crise do comércio mundial de 1847 fora a verdadeira mãe das revoluções de Fevereiro e Março, e que a prosperidade industrial que, pouco a pouco, voltara a manifestar-se desde meados de 1848 e atingira o seu apogeu em 1849 e 1850, tinha sido a força vivificante da de novo reforçada reação europeia”. Ou seja, a vitória ou derrota dos movimentos também depende das condições postas.

Com o fim das revoluções de 1848, Balibar (1975: 37) argumenta que começa um novo período que só acaba com a Comuna de Paris. “A princípio, é o triunfo da reação, no continente e mesmo na Inglaterra. É o período da aliança reconstituída entre os governos russo, inglês, francês, prussiano, austríaco, que acordam entre si apesar das suas rivalidades, manter a ordem social existente”. Essas diferenças são possíveis porque a base das relações é momentaneamente segura. Mas também é nesse momento que começam os primeiros confrontos imperialistas pela divisão do mundo, em que se constitui o império colonial inglês e em que a revolução industrial capitalista se espalha à França, Alemanha e aos Estados Unidos. É também o período das lutas pela libertação nacional dos países europeus como a Itália e o do aumento da classe operária, de sua organização sindical e das grandes greves.

Para Marx, a chave da revolução está no “desenvolvimento das contradições da produção capitalista, na concentração do proletariado num movimento político de massa e no conhecimento exato destas condições” (Balibar, 1975, p.37).

Segundo Lênin (1911), para que uma revolução social triunfe são necessárias, pelo menos, duas condições: um alto desenvolvimento das forças produtivas e trabalhadores preparados para fazê-la. E se o primeiro elemento não pode ser controlado pelos trabalhadores, ao segundo é que cabe todo o esforço revolucionário.

Mas para além do amadurecimento dessas condições, é preciso uma situação concreta para que a revolução ocorra. Ela é decorrência de um processo, mas a ruptura ocorre num determinado momento da história, onde devem estar presentes algumas condições. E é preciso um sujeito capaz de compreender essa situação. Por isso, Lênin entende que apenas quando estão presentes o elemento objetivo e o elemento subjetivo é possível que uma revolução ocorra. O elemento subjetivo relaciona-se à existência de pessoas capazes de fazer a revolução, suficientemente organizadas. Ou seja, a capacidade da classe revolucionária de, organizadamente, realizar ações que derrubem a ordem dominante, sujeitos capazes de organizar as ações espontâneas.

O elemento objetivo relaciona-se a questões concretas, a situações, que permitem que a revolução aconteça e, portanto, a algo que não é de controle dos sujeitos: uma situação revolucionária. É o momento. Segundo Lênin (1914), a situação revolucionária é formada por alguns elementos, dos quais podemos apontar ao menos três, que devem estar presentes para que ela ocorra. Ora, é impossível que ocorra uma revolução sem uma situação revolucionária, entretanto, nem toda a situação revolucionária resulta em revolução.

Os três elementos são:

- o agravamento extremo da miséria e da angústia (uma verdadeira situação de desespero, de desesperança).
- a crise de cúpula, de uma forma tão grande que gera uma situação de ingovernabilidade. Ou seja, é a impossibilidade da classe governante de manter sua dominação de forma inalterada. Para que a revolução ocorra, não é preciso apenas que a base não consiga mais viver como antes, é preciso que a cúpula também não consiga;

- a ação independente das massas, que não respeita a ordem, que vai às ruas. Normalmente, as massas mantêm-se pacíficas, mas em função da crise e mesmo em virtude do problema de governança, acabam realizando uma ação independente.

O amadurecimento da crise do capital produz a crise política, a crise das cúpulas. A necessidade de alteração da forma faz com que uma parte da classe dominante queira fazer uma alteração e outra parte não queira. A classe dominante não tem unidade e, com isso, cede espaço para a classe dominada. Essa classe dominada também não teria mais esperanças e, movida por questões concretas que lhe geram angústias e lhe fazem não acreditar mais no sistema, saem do marasmo e passam a agir.

Lênin em *O marxismo e a insurreição* repete essa constatação e reforça a noção de situação revolucionária, ao afirmar que a decisão de tomar o poder deve ocorrer quando as condições objetivas para a vitória da insurreição estejam reunidas:

- 1) o apoio da classe trabalhadora, a vanguarda da revolução;
- 2) o entusiasmo revolucionário tem que ter atingido a massa do povo;
- 3) a hesitação de uma amplitude política séria entre os inimigos e entre a pequena burguesia indecisa;
- 4) a possibilidade de manter o poder física e politicamente, ou seja, a existência de trabalhadores e soldados dispostos a lutar e morrer.

A ação, portanto, precisa encontrar um momento histórico que põe as contradições em evidência e que origina as condições objetivas para a tomada do poder: a situação revolucionária. E, nesse momento, os sujeitos históricos teriam possibilidade de iniciar uma transformação total.

3. Os conflitos em Paris

A guerra dos *communards* era uma guerra justa, diante de suas motivações e ações. A Comuna de Paris ocorre no contexto da guerra entre a França e a Prússia, após a proclamação do Império alemão. Indignados com a postura do governo de defesa nacional e diante de uma situação de crise, o povo de Paris se revolta.

Os *communards* iniciam um ato de resistência, matam dois generais, tomam o *Hôtel-de-Ville*, que já estava desocupado, e instalam um governo municipal. A situação para a ação teria chegado. Não que as circunstâncias essenciais para a vitória de uma revolução social estivessem postas, mas a abertura, o momento, para a crítica ao governo e a tomada do poder teriam ocorrido.

Há uma situação revolucionária? Pergunto-me se havia uma crise na cúpula. A queda de Napoleão III e a ascensão de uma república, que vai passar a ter como chefe maior um representante da burguesia mas que terá apoio em uma assembleia monarquista criam uma situação de ingovernabilidade. Inclusive, a assembleia mudará de sede. As cúpulas queriam a monarquia, todavia não conseguiram impô-la. A república é proclamada por pressão das massas que ocupam o *Palais Bourbon* e o *Hôtel-de-ville*. Daí a situação de rearranjo a fim de se adaptar a um poder que consiga manter a ordem.

A queda de um governante seguida da mudança de regime – ainda que não se atacasse o aparelho de estado – composto por forças reacionárias que desejavam o retorno da monarquia geraria uma crise de cúpulas. A guerra entre a França e a Prússia, uma guerra dinâmica colocando em confronto as classes dominantes criaria algum desequilíbrio.

A questão é que a guerra não durou tanto tempo e logo a paz foi restaurada para restaurar, também, a ordem. Marx entende que a classe dominante francesa estaria apta a continuar sua política e que a transformação de uma guerra nacional em guerra dinástica, com a fundação do Império alemão que ocorre em janeiro, não cria as condições de um movimento internacional de massa em favor da revolução.

Se por um lado, as manifestações de trabalhadores que ocorrem contra a guerra são um exemplo da solidariedade de classe, também o apoio entre as classes dominantes das potências europeias é crucial para a manutenção interna do governo de cada país. A guerra entre a França e a Prússia é logo finalizada para restabelecer a ordem interna na França e evitar a revolução. Por outro lado, a classe dominante francesa tem uma postura provocativa que vai desencadear a insurreição prematura. Os Estados burgueses estão fortes e não enfraquecidos e o proletariado não está suficientemente preparado.

Paris e a França não estão nas mesmas condições, mas ambos os poderes – municipal e nacional – sofrem conturbações. Enquanto o poder municipal está em crise e abalado e não consegue ser rapidamente restabelecido, o poder nacional também sofre mudanças, mas logo se reestabelece. Os setores mais avançados da sociedade francesa defendiam a república e não aceitavam qualquer retorno à monarquia, estando dispostos a lutar por isso. A parte que não admitia que o governo francês fosse uma república aceitou a unidade em torno da república para evitar uma revolução e por fim à Comuna – ainda que seus planos fossem o retorno da monarquia. Esse rearranjo sob a forma de república, ganha apoio das demais potências europeias, inclusive da Prússia.

A prisão de Napoleão III deixou o espaço para esses republicanos e, ao mesmo tempo, impediu que uma resistência por parte dos bonapartistas fosse organizada, para então se opor a essa república. Por outro lado, a mera ocupação dos republicanos em uma estrutura de poder praticamente semelhante à anterior – não houve uma quebra e tomada do poder – também não gerou uma oposição reacionária violenta.

De toda a forma, a instalação de um poder revolucionário na capital da França, que recebe apoio de outras cidades e mesmo de trabalhadores de outros países e que não reconhece a assembleia nacional “eleita” nem o chefe principal da república – que não conseguiam governar normalmente – mostra que ocorreu uma crise de cúpulas, ainda que o rearranjo tivesse logo ocorrido.

Além dessa crise de cúpulas, a situação econômica estava passando por sérias complicações, principalmente de falta de alimentos, que tem repercussões diretas nas ações de massa. Não basta a miséria, é preciso que os miseráveis tomem consciência da sua miséria, a classe precisa desacreditar e é essa desesperança que impulsionará para a ação. Em Paris, a fome e a miséria são agravadas e esse agravamento extremo da miséria gerou a angústia que fez com que a população começasse a agir.

A população passa por uma situação de pauperização, ainda que o trabalhador de 50 e 60 vivesse melhor que o trabalhador de 30 e 40. E é, antes de tudo, uma cidade que teve um crescimento demográfico enorme. Durante a invasão de Paris a situação é tão precária que os franceses chegam a comer ratos. Ratos, cães e gatos eram vendidos. “*La livre de chien se vend de 4 à 5 francs, le rat est à 2 ou 3 francs pièce, et son ennemi d’antan, réconcilié dans la cuisine obsidionale, atteint de 20 à 30 francs. Le pain, qui reste la base de l’alimentation, est infect, car, s’il comporte de l’orge et du riz au début du siège, on y fait peu à peu rentrer de la paille hachée et des succédanés innommables* » (Bourgin, 1928, p. 25).

Apenas no dia 25 de novembro, 1.500 mulheres teriam ido à *mairie* do XX *arrondissement*² para pedir pão. A questão dos alimentos é tão grave na França que

² Divisão administrativa de Paris.

constantemente se busca uma solução. O fato é que há necessidades humanas que não podem esperar e é a busca dessa solução que incita o povo a uma ação, inclusive, mais radical.

Em 19 de novembro, no clube *Favié*, a decisão de requisitar todos os alimentos, em todos os lugares, para distribuí-los a todos, é lembrada, mostrando que o problema da fome não está sendo resolvido. Na reunião do clube *democratique du casino*, em 25 de novembro, é denunciada a existência de comida nas lojas que, para eles, deveriam ser requisitadas. Na reunião de 13 de dezembro do clube *Favié*, discute-se sobre a condenação à morte em bloco dos “animais parasitas” como cavalos de luxo, os cavalos que realizam os enterros, cães e gatos. Um dos oradores pede que, ao menos, cães e gatos sejam poupados um pouco, e assim decide a assembleia. Já no clube *de la reine-blanche*, em 26 de dezembro, ocorrem denúncias, inclusive, de uma mulher que está alimentado seu cão com pão – e é uma denúncia porque o pão falta aos humanos.

O *rationnement du pain* – o racionamento do pão – é realizado em Paris durante o *siège*. No clube *Favié*, em 16 de janeiro, fala-se com animação do racionamento do pão que foi inaugurado no *arrondissement*. Mas eles criticam os homens do *Hôtel-de-ville*, que comem carne enquanto o povo come um pouco de pão. As mulheres narram que foram maltratadas durante a “fila do pão” e que uma mãe foi agredida, caindo ao chão e quebrando o braço, por um guarda do corpo civil, pois ela estava com uma criança.

Na mesma reunião, um orador sustenta que ele mesmo cortou e continuará cortando as árvores dos *bois*³ de Paris, diante da situação em que se encontram. Em 21 de janeiro, no clube *de la reine-blanche*, um orador afirma que só tem 300 gramas de pão por dia.

Em virtude da situação de desespero que se encontraram, os trabalhadores passaram a agir. Na França e, em especial, em Paris encontramos uma sociedade com agitação espontânea das massas. Os episódios foram inúmeros ao longo do período. Era um momento de bastante agitação política, de participação em grupos e clubes. As ações livres e independentes ocorrem constantemente, para além das ações coordenadas.

É uma população que já não acredita mais no governo republicano, da mesma maneira que acreditou logo que ele foi eleito. Ou seja, esses meses que separam o 31 de outubro, quando ocorre a derrota na ocupação do *Hôtel-de-ville*, e o 18 de março possuem bastante significado, em função do que ocorre entre eles. Não eram apenas os militantes revolucionários que agiam, a população passa por um processo de perda de paciência com relação ao governo, de descrença combinada com a situação econômica angustiante. Ainda, muitos soldados franceses estão presos, outros tantos franceses morrem em decorrência da guerra. Parte do território francês é entregue ao estrangeiro.

A população de Paris, os trabalhadores haviam tomado consciência da incapacidade do governo, haviam perdido a esperança e o questionavam diretamente. Todavia, o restante da França, o campesinato que ainda formava uma grande parcela da população, não teria tido o mesmo avanço de consciência que os trabalhadores de Paris e isso vai refletir em seu não apoio à Comuna.

Essa espontaneidade reflete-se na organização do movimento. Ora, primeiramente, é importante ressaltar que a espontaneidade do levantamento de massas, para que a situação revolucionária ocorra, difere da espontaneidade - ou *espontaneísmo* – de um movimento. As massas irão agir e se levantar, independentemente da ação do partido, elas tomam consciência e agitam por questões concretas, ligadas a questões

³ Campos, florestas.

gerais. Isso é uma coisa. A espontaneidade de um movimento que não encontra direção – ou que possui uma direção sem, efetivamente, saber para onde ir – é outra coisa.

Arcary (2001) afirma que Marx teria situado a Comuna como uma situação revolucionária no marco de uma época não revolucionária. Estando frente a uma situação revolucionária, os trabalhadores decidiram ir para a luta. A ação das massas combinada com a ação de grupos e militantes permitiu que se instalasse um governo de trabalhadores em Paris. As circunstâncias dadas fizeram com que o 18 de março acontecesse.

A Comuna surgiu de maneira espontânea, ninguém a preparou de modo consciente e sistemático. A funesta guerra com a Alemanha, os sofrimentos do assédio, o desemprego operário e a ruína da pequena burguesia; a indignação das massas contra as classes superiores e as autoridades que haviam demonstrado uma incapacidade absoluta; a surda efervescência no seio da classe operária, descontente de sua situação e ansiosa por um novo regime social; a composição reacionária da Assembleia Nacional, que fazia temer os destinos da república foram as causas que concorreram com outras muitas para impulsionar a população parisiense para a revolução do 18 de março (Lênin, 1911).

Pelos mais recentes estudos, Johnson argumenta que duas grandes escolas interpretativas têm dominado a historiografia da Comuna. Uma é a chamada de interpretação política, que considera a revolta como a resposta a uma circunstância concreta e explica a Comuna pelas dificuldades da ocupação. A Comuna é vista como uma explosão de raiva e frustração patriótica e republicana ou uma reação descentralizada ao segundo império. Por levarem em consideração uma situação, falam em acidente. Já a interpretação social considera a Comuna como resultado de larga escala econômica e de forças sociais rompendo a ordem tradicional. Por isso, pensam em termos de um acontecimento inevitável e natural. Ambas as interpretações recusam a noção de que a comuna veio de uma ação revolucionária.

A Comuna teria ocorrido por uma combinação de inúmeros fatores, desde a resposta a circunstâncias concretas, tal qual afirmou a interpretação política, até a explosão de raiva patriótica e republicana, como sustenta a interpretação social. Mas ela não seria nem um acidente, nem um acontecimento inevitável. Não seria possível reduzir todo o fenômeno a um apontamento ou outro, nem tirar as influências das circunstâncias e da situação apresentada nem ignorar a ação consciente de muitos militantes e partidos que atuaram durante o período. Se a Comuna aconteceu, é porque as condições lhe permitiram mas, também, porque haviam sujeitos – grupos, partidos, associações, clubes, e classes - para fazê-la.

Segundo Harvey, Castells e Gould⁴, a Comuna foi uma revolução urbana de novo tipo. Falando sobre a haussmanização, Harvey aponta que o império teria fundamentalmente motivos econômicos, querendo resolver a crise causada pela superacumulação de capital. O principal efeito da transformação urbana foi fazer uma cidade em que o capital torna-se o real poder imperial. Ele enfatiza o conflito de classes como consequência da destruição das tradicionais noções de comunidade e da indústria artesanal, favorecendo o capital financeiro e os grandes negócios. Para Castells, a Comuna foi uma revolta urbana de uma população que se via como parisiense e não

⁴ Tombs (1999).

proletária. Para Gould, a haussmanização foi a causa da Comuna pois tirou as pessoas da cidade e exilou-as na periferia. E isso aumentou a identidade de classe e os conflitos entre as classes.

A variedade de conjunturas foi parte desse processo, assim como os fatores militares que levaram ao isolamento e bombardeamento de Paris e a assembleia eleita para trazer a paz mas determinada a restaurar a monarquia. Evoluções de longo termo no capitalismo industrial e nas estruturas sociais fizeram o contexto histórico de 1871. As origens da Comuna, como visto através da história dos clubes e comitês, exigem que a cultura política revolucionária das organizações populares seja levada em consideração.

As revoltas foram possíveis quando as causas nacionais e revolucionárias estiveram unidas. Essas foram as lições de 4 de setembro, de 31 de outubro e de 18 de março, e também de 22 de janeiro, quando uma cidade passando fome, prestes a ser rendida testemunhou uma tentativa de militantes de organizações populares para estabelecer uma comuna revolucionária. Mas mais que isso: a defesa da pátria estava ligada à defesa da república. Defender a pátria, para os *communards*, significava evitar que o governo voltasse para a monarquia.

Por outro lado, o desenvolvimento econômico e político da França a partir de 1789 tornaria impossível que uma revolução, caso ocorresse, não tivesse caráter proletário, ou seja, sem que os trabalhadores apresentassem suas próprias reivindicações. Entretanto, ainda que os trabalhadores formassem uma grande parte da população, isso não significaria uma consciência de classe capaz de realizar uma revolução social. E se uma revolução nesses termos não chega a ter êxito na França, ao menos instala-se uma guerra civil.

Se para que uma revolução social triunfe é necessário um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e trabalhadores preparados para fazê-la e em 1871 nenhuma dessas condições estavam presentes, como afirma Lênin (1911), entende-se porque a ação *communard* não chegou a ser uma revolução. A França era um país da pequena burguesia, o capitalismo francês encontrava-se pouco desenvolvido. Para além disso, a força do campo, dos latifúndios, ainda era grande. Essa afirmação de Lênin mostra que a revolução não acontece na França não apenas em função dos trabalhadores não estarem preparados, o que, de alguma maneira, tem relação com o desenvolvimento das forças produtivas, já que um capitalismo mais desenvolvido tende a levar a classe trabalhadora a todos os lugares do globo.

Os *communards* ocupam um *Hôtel-de-ville* que estava vazio. E enquanto o governo nacional continua, de alguma maneira reconhecido – e não - pela Comuna, ele transfere a administração de Paris para os *maires*, que continuam atuando. Entretanto, com a proclamação da Comuna os *maires d'arrondissements* deixam Paris. Até porque começa o ataque de Versalhes.

Por isso, questiona-se se houve uma efetiva tomada de poder. Houve e não houve: eles *ocupam* o poder. De fato, eles são o poder e assim permanecem como governo. O abandono dos *maires* só mostra que já não possuem o poder sobre a cidade – que não é uma cidade qualquer, mas sim o centro econômico e financeiro da França. O poder militar do estado era nulo. Mas seus chefes políticos permanecem e não demoram para reorganizar o poder militar.

O poder foi tomado porque eles passaram a ser o governo de Paris. Só de Paris e não da França, ainda que muitos quisessem que a Comuna passasse a ser o governo de toda a França. Essa questão não foi resolvida. Se, por um lado, muitos afirmavam que a Comuna seria um movimento na capital, que deveria ser acompanhado pelas demais cidades e, dessa maneira, ela não seria o governo da França (o que combina com a teoria

de Proudhon), outros militantes, inclusive em muitos clubes, buscam afirmar a Comuna como o governo da França.

Arnould sustenta que o 18 de março não foi uma insurreição, já que para haver insurreição, é preciso ter levante popular, ataque contra os poderes estabelecidos, resolução e tentativa de tomada do poder. Ele afirma que em Paris nada disso aconteceu. O povo não atacou, não houve levante, os homens no *Hôtel-de-ville*, evitaram se pronunciar sobre o poder “caído”. Ou seja, ao invés de marchar em direção a Versalhes e tentar impor um programa para a França inteira, como fazem os governos insurrecionais, eles restaram no terreno comunal e, a fim de evitar a guerra civil e de respeitar a legalidade, eles dialogaram com os conciliadores.

Não consigo afirmar como Arnould que não houve uma insurreição. Olhando a situação de Paris por completo, anterior e posterior ao 18 de março, a resistência organizada, percebendo que o poder sobre a cidade e, portanto, a Comuna foi dos *communards*, que não reconheciam, para Paris, as ordens de Versalhes, pode-se afirmar que houve uma insurreição e que essa resistência vai culminar numa guerra civil.

A duração da Comuna poderia causar dúvidas e questionamentos no tocante à sua caracterização como guerra civil. Mas não há que se negar que houve um confronto armado entre dois lados, mais ou menos organizados, com organização militar, com técnicas e táticas, compostos por pessoas de um mesmo povo, ainda que muitos estrangeiros tivessem participado dela. Ela não é uma guerra entre distintas nações, mas a Comuna já era um governo estabelecido, através de eleições, quando passa a ser bombardeada pelos *anticommunards*.

A Comuna não chega a realizar uma revolução, mas a luta armada e a insurreição ocorrem. Vejamos a etapas para a configuração da guerra civil: durante o período preparatório da Comuna, antes do 18 de março, Paris presenciou muitos motins. Também ocorriam em Paris e na França greves e manifestações contra o regime: seja contra Bonaparte, seja depois contra a “república”.

A resistência armada ocorre algumas vezes. O 18 de março foi um ato de resistência armada, que desencadeou a organização de barricadas e se não gerou uma batalha de ruas foi, talvez, em decorrência da fuga do governo da defesa nacional para Versalhes e da própria confraternização que ocorreu entre soldados e guardas nacionais. A formação de barricadas é fortalecida a partir de 18 de março e mantém-se durante os ataques contra a Comuna.

O governo e exército revolucionários já começam a ser criados antes mesmo do 18 de março, quando o *Hôtel-de-ville* é ocupado. A organização da guarda nacional e a eleição de um comitê central combinada com a hesitação de parte do exército em continuar defendendo o governo de defesa nacional vão formando o exército revolucionário. O próprio exército confraterniza com a guarda nacional e parte dele passou para o lado *communard*. Rougerie afirma que isso é consequência de uma atitude desesperada de Thiers, que dá uma ordem excessiva. Mas o governo ficou sem seu braço armado, que não respondeu aos seus chamados. Diferente do 31 de outubro, quando o governo é feito prisioneiro durante a ocupação do *Hôtel-de-ville* e, portanto, os guardas nacionais reacionários conseguem libertá-lo. Aqui, o governo não é feito prisioneiro. Ele foge.

Mas os *communards* param na guerra civil, ao serem massacrados. O que a experiência da Comuna mostra é que a guerra civil pode acontecer a partir do momento em que um grupo se propõe a tomar o poder revolucionariamente, e a tentativa de evitá-la pode levar, como levou, ao massacre.

Quando ocorre o 18 de março, a população parisiense “pôs de improviso o poder nas mãos da Guarda Nacional, em mãos da classe operária e da pequena burguesia, que

havia aderido aos operários” (Lênin, 1911). A questão é que ninguém soube do 18 de março e ninguém tinha como efetivamente saber. Ele não foi programado. O 18 de março é efetivamente um levante de massas. Por toda a cidade. E é, também, uma resposta a uma ação do governo que também é em toda a cidade. Essa unidade de ação foi reflexo da unidade criada pela ação governamental, mas também, das relações que já existiam entre os militantes. E é uma resposta a uma ação exagerada do governo. Seus oficiais chegam a ordenar, mais de uma vez, que se atire contra o povo: é isso que acontece em Montmartre, por exemplo.

A guarda nacional estava cumprindo seu estatuto: não aceitar que fosse desarmada. Assim ela o fez. E diante do ataque contra ela e seus princípios, respondeu. E ocupou o *Hôtel-de-ville*. Só que um *Hôtel-de-ville* que já estava desocupado. Diante de uma ação das massas armadas, não houve defesa para o governo. Ele está desocupado porque o governo viu que não teria como se manter no local. Eles haviam perdido o controle.

O 18 de março exterioriza um ódio acumulado, relacionado a questões da guerra e com o aprofundamento das contradições sociais. É assim e por isso que os generais serão fuzilados. No clube *de la reine-blanche*, as atrocidades cometidas por Clément Thomas já teriam sido narradas. Seu autoritarismo e desprezo para com os subalternos. Em 20 de dezembro, um cidadão narra que se encontrou com Clément Thomas e que não pôde dizer uma só palavra. Em 26 de dezembro, denuncia-se que ele, velho reacionário de 1848, e seu estado maior viviam em apartamentos luxuosos. Faz-se também uma denúncia de que Clément Thomas teria acusado alguns batalhões de guardas nacionais, especialmente os republicanos, de indisciplina, desorganizando e nomeando *lieutenants-colonel* e reconstituindo os conselhos de família. Assim, o clube *Reine-blanche* acolheu com aclamação uma resolução do clube *de medecine* reclamando sobre os decretos sobre esses pontos e exigindo a destituição de Clément Thomas. Eles não fuzilaram qualquer pessoa. Clément Thomas era um fuzilador. Era um carrasco para esses homens e sua morte é uma resposta. São os anos de autoritarismo.

A resposta é dada dias após ser formado o comitê central da guarda nacional, de ser votado seu estatuto, que afirma: iremos defender de qualquer tentativa de retirada de nossas armas. Ou seja, quando é formado o exército revolucionário.

A guarda nacional age respaldada por uma decisão dela, de sua organização. Os revolucionários, os blanquistas, os membros da AIT participam do 18 de março, mas são surpreendidos como todos, inclusive, o comitê central da guarda nacional. São surpreendidos, mas logo começam a agir e sua atuação é fundamental. Mas não há dúvidas que a direção imediata fica com o comitê central da guarda nacional, que é a direção do exército revolucionário. Diante do afastamento que a AIT e a delegação tiveram em relação ao comitê central da guarda nacional, elas não ficaram em posição de comando.

Arthur Arnould afirma que Paris encontrou-se diante de três rotas. Ela podia ter entregado suas armas, sabendo que deixaria a França e a república submersas na reação. Essa decisão seria a abdicação. Marx mesmo vai escrever que teria sido pior para a classe trabalhadora ter caído sem lutar que ter lutado e perdido.

Arnould entende que ela poderia ter tentado uma nova revolução, à moda antiga, ao declarar-se contra as eleições de fevereiro e a marchar contra a Assembleia. Com relação a essa “rota”, ele sustenta que não seria prática, de um lado e, de outro lado, afirma que ele não acreditava, depois de tantas revoluções abortadas, na capacidade desses grandes levantes que dão a ditadura durante oito dias e que deixam a reação depois durante vinte anos. Se essa revolução desse certo, ela teria que realizar novas eleições nacionais e essas eleições, tendo sido como foram até então, seriam o que são

sempre quando se mantém o mesmo sistema. Assim, se a reforma republicana não era abolida, qual o pretexto de uma revolução? Arnould critica as deliberações de uma assembleia de representantes que é nomeada pela centralização.

Ele argumenta que Paris segue um terceiro caminho: resolve, mantendo-se a república, deixar agir o governo eleito pelo resto da França e inaugurar um grande movimento de autonomia comunal, dando ao povo a parte exata de seu poder. Paris decide defender a república, se ela for ameaçada, exigindo apenas a manutenção de suas armas e a nomeação de um conselho municipal encarregado da administração e da organização da polícia interior. Arnould afirma que Paris estava decidida a respeitar o governo legal que a França lhe impunha, mas à condição que esse governo respeitasse a existência, a integridade e a dignidade de Paris.

Bourgin também sustenta que a ideia de uma revolução integral, que valesse por toda a França foi descartada e que se a província pensasse como Paris, ela deveria fazer como a capital. Ele argumenta que a ideia de uma revolução social não era visada.

É uma questão contextual mas também teórica (mesmo que eles não tenham decidido com clareza teórica ou sequer tenham, efetivamente, decidido). As teorias de Proudhon influenciam muitos *communards*. A criação de uma federação, de uma união de comunas autônomas sem poder central – o que ganha reforço no contexto francês diante do centralismo autoritário que foram os seus governos monárquicos e Bonapartistas. Muitos do *communards* defendem essa posição. Não se vendo detentores do poder, afirmam o respeito ao governo nacional. Não destroem, portanto, o Estado nacionalmente.

De fato, a Comuna de Paris permaneceu sendo um governo municipal, mas as suas medidas avançam os limites das fronteiras de um município. Por outro lado, Paris vai se isolando como consequência dessa atuação, pelo contexto da guerra e sua ocupação. As forças políticas não estão suficientemente organizadas para travar uma luta nacional.

Entretanto, sua relação com as demais cidades da França, com a intenção de criar laços e novas perspectivas, também evidencia que a proposta da Comuna ia contrariamente ao governo de Versalhes – e seria impraticável que ambos continuassem existindo. Há um duplo poder em termos de propostas. O governo que a Comuna realizava, seus princípios e organização, diferenciava-se do governo de Versalhes.

Os *communards* não queriam o isolamento, era visível que buscavam que as demais províncias os acompanhassem. Aliás, muitos *communards* agiam diretamente na província, trabalhando para a consolidação de uma revolução em toda a França.

Muitos pronunciamentos afirmam que Paris não queria dominar a França, nem se impor perante os outros, e chamavam as províncias a agir como a capital. Os *communards* buscaram apoio pela França e pela Europa. “Ao longo do mês de abril e no início de maio, travou-se a batalha pelas zonas rurais circundantes e pelos subúrbios” (Moraes, 2001, p. 107).

A questão é que, ainda que não se quisesse ser um governo revolucionário nacional, não seria possível crer que o governo burguês fosse aceitar que Paris ficasse sendo governada por trabalhadores. Nem mesmo as outras cidades na França. Tão logo elas se pronunciavam pela Comuna ou proclamavam a sua Comuna, eram reprimidas. Ainda que outras Comunas surgissem, ainda que os trabalhadores do mundo se manifestassem em apoio a Comuna, ainda que ela tenha abrigado os internacionalistas em suas fileiras – que por ela lutaram e morreram – ela foi ficando isolada. A burguesia jamais aceitaria deixar existir um governo *communard*, em Paris, convivendo com um governo nacional burguês. Por isso e pela necessidade de ações unificadas, muitos *communards* teriam se posicionado pela marcha em direção a Versalhes, pela ampliação

da revolução e pela criação de um governo revolucionário “nacional”, capaz de unir capital e províncias. A discussão no tocante ao caráter da revolução não foi encerrada.

Lissagaray (2000, p. 149) afirma que Thiers tinha dado sua palavra: “não contuem uma resistência inútil, eu estou reorganizando as forças armadas. Eu espero que antes de 3 semanas ou quinze dias eu tenha força para *délivrer* Paris”. Isso mostra que o plano de Thiers, desde o começo, seria uma guerra contra os trabalhadores. Há anos o Império vinha perseguindo os membros da AIT, os blanquistas, os grevistas. Há anos queria “limpar” o socialismo, o anarquismo de Paris. Seu ódio de classe já havia se manifestado em outros momentos de sua história. E sua assembleia monarquista queria continuar com seus subalternos. Não suportava mais dormir nos corredores de Versalhes. Queria voltar triunfante para a cidade luz. Era inaceitável ver que os trabalhadores estavam no poder, organizando uma cidade.

Essa “esquerda” parlamentar, que fica em Versalhes e *trai* a Comuna teve um papel fundamental na sua derrota. Eles vão envolver os *communards* em muitas questões, desviando de seu foco. Por outro lado, vão legitimar, para a província, as ações de Thiers, quando eles exigem uma França republicana. Ao lado de Louis Blanc, conhecido republicano e que até mesmo os socialistas confiaram, não seria difícil defender o seu governo. Nem afirmar que era ele o governo das liberdades – principalmente depois de cortar qualquer relação de Paris com as demais cidades francesas.

Segundo Arnould, uma declaração honesta de um desses homens defendendo Paris, explicando a situação, teria sido um apoio crucial para Paris. Mas não, eles publicaram proclamações sem explicar o que acontecia, aceitando que Thiers permanecesse contando mentiras sobre a capital. Na declaração dos nove deputados de Paris – Louis Blanc, Henri Brisson, Edmond Adam, G. Tirard, E. Farcy, A. Peyrat, E. Quinet, Langlois e Dorian -, que pode ser lida no jornal *Le Bonnet Rouge*, de 10 de abril de 1871, essa postura dos “representantes” de Paris na Assembleia de Versalhes, de legitimar as ações do governo e, ao mesmo tempo, não dar apoio à Comuna, é evidenciada. Os deputados afirmam defender a República e criticam a autonomia da Comuna capaz de destruir a unidade nacional. Chegam a defender a postura do governo nacional que iria adotar uma política de moderação. Os deputados, reconhecendo sua esperança de que não ocorresse a guerra civil, admitem que essa esperança estava enganada e assumem que irão continuar no cargo dado pelo “sufrágio universal”, defendendo a República através das armas mais eficazes: o discurso e a razão.

Entretanto, a Comuna de Paris terá fim com um massacre. Se houve, por alguns dias, um confronto entre dois lados, a partir da entrada dos *anticommunards* em Paris, em 21 de maio, inicia a semana sangrenta. Milhares de pessoas serão fuziladas.

4. Para além dos conceitos

A postura do governo perante a guerra vai esgotar a paciência popular, que age no sentido de dar-se a si mesma um governo próprio, de tomar o governo e as decisões para si. Quando o governo da defesa nacional ataca os guardas nacionais, eles respondem com resistência armada. Houve ação durante situação revolucionária, os *communards* instalam seu governo. Governo e exército revolucionários passam a estar à frente das decisões e ações em Paris. Há resistência armada.

A conciliação não seria realizada, pois não era essa a intenção do governo de Thiers. Ele queria a guerra, queria aniquilar seu inimigo e, se em 18 de março não houve oposição, no dia 2 de abril os versalheses atacam Paris. A fuga estratégica para um retorno triunfante.

Já os *communards* não agem na ofensiva, demoram a romper com o governo nacional e com essa esquerda parlamentar. Mas rompem com os burgueses, ruralistas e monarquistas. Realizam as eleições e formam a Comuna. Defendem o seu governo revolucionário com seu exército e sua vida. Há luta armada e guerra civil.

A documentação encontrada, os jornais oficiais, as cartas, apontam para a clareza e o desejo, por parte de muitos membros da Comuna, em realizar uma revolução social. Os *communards* não chegaram a realizar a revolução, que é a efetiva transformação das relações sociais. Entretanto, a discussão sobre revolução estava posta.

5. Referências bibliográficas

- Arcary, V. (2001) “A Comuna de Paris e a Teoria da Revolução em Marx e Engels: de 1871 a 1895”. In: *A Comuna de Paris na História*. Campinas: Editora Xamã, Cemarx-Unicamp.
- Arnould, A. (2006) *Histoire populaire et parlementaire de la Commune de Paris*. Paris : Ed. Dittmar.
- Balibar, E. (1975) *Cinco estudos sobre o materialismo histórico I*. Lisboa: Editorial Presença.
- Chasin, J. (2000) *A determinação ontonegativa da politicidade*. Tomo III. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem.
- Engels, F. (1968) « Introdução de 1895 a les luttes de classe en France ». In. *Les luttes de classe em France*. Paris: Éditions Sociales.
- Engels, F.; Marx, K. (1848) *O Manifesto do Partido Comunista*. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1848/ManifestoDoPartidoComunista/cap2.htm>
- Johnson, M.P. (1996) *The Paradise of association: political culture and popular organizations in the Paris Commune of 1871*. The University of Michigan Press.
- Lênin, V. (1984) “A guerra de guerrilhas”. In: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante. V. 1
- _____ (1975) “A questão militar e o trabalho nas forças armadas”. In: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante.
- _____ (1911) Em Memória da Comuna. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1911/04/28.htm>
- _____ (1914) La faillite de la II^o Internationale. Disponível em : <http://www.marxists.org/francais/lenin/works/1915/05/19150500.htm>
- _____ (1984) “Novas tarefas e novas forças”. In: *Obras escolhidas*. Lisboa: Avante. V. 1
- _____ (1917) O Estado e a Revolução. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estadoerevolucao/index.htm>
- _____ (1988) *O marxismo e a insurreição*. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, V. 2.
- _____ (1984) *Os armamentos e o capitalismo*. In: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante. V.2.
- _____ (1984) “O socialismo e a guerra”. In: *Obras Escolhidas*. Lisboa: Avante. V. 2.
- _____ (1908) Os Ensinamentos da Comuna. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/lenin/1908/03/23.htm>
- Lissagaray, P. *Histoire de la Commune de Paris de 1871*. Paris: La Découverte/Poche.
- Marx, K. “Guerra Civil na França”. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa Omega. V.3.
- _____ *Notas Marginais Críticas ao Artigo ‘O Rei da Prússia e a Reforma Social. Por um Prussiano’*.
- _____ (1982) *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural.

- Ménard, J-L. (2005) *Émile Eudes : Général e la Commune et blanquiste (1848-1888)*. Paris : Éditions Dittmar.
- Michel, L. (1999) *La Commune Histoire et souvenirs*. Éditions La Découverte & Syros, Paris.
- Molinari. *Les club rouges pendant le sige de Paris*. Disponível em: http://books.google.com.br/books/about/Les_clubs_rouges_pendant_le_si%C3%A8ge_de_Pa.html?id=IG8eAQAAAJ&redir_esc=y
- Moraes, J. Q. (2001) “Marx, Engels e Lenin perante a Comuna de Paris”. Em *A Comuna de Paris na História*. Campinas: Editora Xamã, Cemarx-Unicamp.
- Rougerie, J (2004) *Paris libre: 1871*. Paris: Seuil.
- Tombs, R. (1999) *The Paris Commune. 1871*. New York: Longman.
- _____ (2009) *La guerre contre Paris 1871*. Paris: editions Flammarion.
- Trotsky, L. (1924) Os problemas da guerra civil. In. *Conferências realizadas na Sociedade de Ciências Militares de Moscou*.